

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 12, número 2 (2021)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Desafios que Limitam e Fortalecem: Estratégias de Cuidado em uma Universidade Durante a Pandemia da Covid-19

Retos que Limitan y Fortalecen: Estrategias de Atención y Cuidado en una Universidad Durante la Pandemia de la COVID-19

Challenges that Limit and Strengthen: Care Strategies at a University During the Covid-19 Pandemic

Telma Low Silva Junqueira

Universidade Federal de Alagoas – Brasil
telma.low@ip.ufal.br

Danielly Spósito Pessoa de Melo

Universidade Federal de Alagoas – Brasil
danielly.melo@proest.ufal.br

Cristina Camelo de Azevedo

Universidade Federal de Alagoas – Brasil
cristina@ip.ufal.br

Mariana Costa Falcão Tavares

Universidade Federal de Alagoas – Brasil
mariana.tavares@ip.ufal.br

Como citar este artigo:

LOW, Telma Silva Junqueira, MELO, Danielly Spósito Pessoa de; AZEVEDO, Cristina Camelo de, TAVARES, Mariana Costa Falcão. Desafios que Limitam e Fortalecem: Estratégias de Cuidado em uma Universidade Durante a Pandemia da Covid-19. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 2, p. 74-92, 2021. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Desafios que Limitam e Fortalecem: Estratégias de Cuidado em uma Universidade Durante a Pandemia da Covid-19

Retos que Limitan y Fortalecen: Estrategias de Atención y Cuidado en una Universidad Durante la Pandemia de la COVID-19

Challenges that Limit and Strengthen: Care Strategies at a University During the Covid-19 Pandemic

Resumo

A pandemia da Covid-19 afetou nossas rotinas em diversos contextos trazendo desafios que proporcionaram diferentes aprendizados, como a formação e o fortalecimento de alianças e a partilha de afetos que se estenderam do modo presencial para o virtual. Neste artigo, dialogamos acerca de experiências que construímos como educadoras no marco do trabalho remoto em uma universidade pública federal em uma capital do nordeste do Brasil. Remetemos às contribuições das pensadoras feministas negras a possibilidade de construirmos pistas, de forma coletiva, solidária e plural, que nos apresentam caminhos para o encontro com uma educação que tem no cuidado e no afeto uma potência sem igual subvertendo à necropolítica que impera no governo atual.

Palavras-Chave: Academia; Acessibilidade; Feminismo Negro Interseccional; Afeto.

Resumen

La pandemia de la COVID-19 afectó nuestras rutinas en diferentes contextos y nos trajo muchos desafíos que terminaron proporcionándonos diferentes experiencias de aprendizaje como la formación y el fortalecimiento de alianzas, así como el intercambio de afectos que se extendieron del modo presencial al ámbito de la virtualidad. En el presente artículo, discutimos las experiencias que hemos construido como educadores en el marco del trabajo en la modalidad a distancia en una universidad pública federal, en una capital del noreste de Brasil. Para ello, nos remitimos a las contribuciones y aportes de pensadoras feministas negras que nos presentan la posibilidad de construir caminos, de manera colectiva, solidaria y plural, y que nos muestra los rumbos para ir de encuentro con una educación que tiene en el cuidado y el afecto, un poder único y sin igual, un poder que puede subvertir la necropolítica que impera en el gobierno actual.

Palabras-Clave: Academia; Accesibilidad; Feminismo Negro Interseccional; Afecto.

Abstract

The Covid-19 pandemic has affected our routines in varied contexts presenting challenges that have resulted in different learnings, such as the formation and strengthening of alliances and the sharing of affections that extended from face-to-face to virtual. In this article, we discuss the experiences we have built as educators in the framework of remote work at a federal public university in a capital city in northeastern Brazil. We refer to the contributions of black feminist thinkers the possibility of building clues, in a collective, solidary and plural way, which provide us with ways to encounter a type of education that has unparalleled power in care and affection, subverting the necropolitics that prevails in the current government.

Keywords: Academy; Accessibility; Intersectional black feminism; Affection.

**Telma Low Silva Junqueira, Danielly Spósito Pessoa de Melo,
Cristina Camelo de Azevedo, Mariana Costa Falcão Tavares**



Escrita como Possibilidade de Resistência Frente à Covid-19

A escrita deste artigo se dá no período mais duro e letal da pandemia do novo coronavírus no Brasil até o momento, que se refere aos meses entre março e maio de 2021, quando mais de 430 mil pessoas morreram por razão da Covid-19 no país. Na data de hoje são mais de 15.433.989 pessoas infectadas até metade do mês de maio de 2021, de acordo com o Monitora Covid-19 da Fiocruz. Isso significa dizer que muitas estão ou estarão “sequeladas” e tantas outras que não foram infectadas estão também com suas vidas afetadas pela pandemia, por acompanharem o processo imprevisível de adoecimento e muitas vezes o luto de pessoas queridas, como também à restrição de muitos outros serviços de saúde e o colapso do sistema de saúde.

A crise sanitária no nosso país está estreitamente vinculada com a crise político-econômica, que foi exacerbada, provocando o aumento do desemprego, da fome, do sofrimento mental, da violência de gênero e da violência doméstica, do etnocídio dos povos originários, do assassinato de pessoas transexuais e mulheres travestis, entre tantas outras questões sociais graves que também têm marcado esse período como, por exemplo, a chacina do Jacarezinho¹, no Rio de Janeiro. Nesses cenários, mais uma vez, pessoas pobres e negras, moradoras das favelas, têm suas vidas interrompidas e afetadas pela violência policial e pelo descaso do poder público que não garante seus direitos e o acesso à vacinação contra a Covid-19, expressão da política genocida estatal dominante.

A política de morte, ou necropolítica (MBEMBE, 2019) tem marcado a forma como o Estado Brasileiro tem lidado com a pandemia desde o início de março de 2020: a) ausência de investimento em campanhas de prevenção e enfrentamento ao vírus; b) deslegitimação dos estados e municípios no desenvolvimento do *lockdown* como medida necessária para evitar o colapso do sistema de saúde; c) carência de ações para redução do contágio; d) disseminação de *fake news* para tratamento precoce (como o uso da cloroquina²); e) propagação de uma cultura negacionista, nomeando a pandemia de uma “gripezinha”; f) comunicação violenta que banaliza mortes por Covid-19; g) rejeição às propostas de negociação com fornecedores de vacina contra Covid-19; h) realização de cortes no orçamento das políticas públicas, em especial na educação e saúde; i) escasso investimento em pesquisas para o enfrentamento da Covid-19 etc.

1 No dia 05 de maio de 2021, a Polícia Civil do Rio de Janeiro realizou, na favela do Jacarezinho, zona norte do estado, o que está sendo considerada a operação mais letal da história, destinada ao “combate do tráfico de drogas”, deixando 28 pessoas mortas. As operações dentro das comunidades seguem acontecendo, apesar de estarem suspensas por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) devido à pandemia da Covid-19. Mais informações: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/06/troteio-deixa-feridos-no-jacarezinho.ghtml>>, <<https://midianinja.org/news/chacina-no-jacarezinho-populacao-reage-com-manifestacoes-e-denuncias-a-onu-e-stf/>>.

2 A cloroquina é um medicamento usado no tratamento de malária, porém foi comprado pelo governo brasileiro para ser utilizado como tratamento precoce da Covid-19. Entretanto, não há evidência científica que comprove a eficácia da cloroquina frente à covid-19, até o momento. Para maiores informações consultar: <<https://www.paho.org/pt/covid19#cloroquina-hidroxicloroquina>>, <<https://infectologia.org.br/wp-content/uploads/2020/07/atualizacao-sobre-a-hidroxicloroquina-no-tratamento-precoce-da-covid-19.pdf>>.

Todo esse contexto tem agravado a crise sanitária vivenciada no Brasil, trazendo repercussões, jamais previstas, no cotidiano da maioria das pessoas, especialmente daquelas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade. E como todo esse panorama tem impactado na educação, nossa área de atuação? Como educação e saúde têm dialogado e construído estratégias conjuntas para lidar com essa complexidade, precarização e sofrimento, fruto da perda de direitos e de um luto que esperávamos ser coletivo, compartilhado entre toda uma nação?

A impressão que temos é que, na prática, - no marco de uma sociedade estruturalmente capitalista, racista, sexista, capacitista, transfóbica e heteronormativa - o pacto social de cuidado com a natureza e com todos os seres humanos está fragilizado e cotidianamente ameaçado. Essas barreiras humanas

[...] brotam da mesma raiz - a inabilidade de reconhecer o conceito de diferença como uma força humana dinâmica, que é mais enriquecedora do que ameaçadora para a definição do indivíduo quando existem objetivos em comum (LORDE, 1984/2020, p. 57).

O Brasil, país colonizado, parece seguir colonizando seu povo originário e afrodescendente. Essa inabilidade histórica do Estado brasileiro em reconhecer e valorizar a diversidade parece ainda mais evidente durante a pandemia, impelindo na crise sanitária e político-econômica que alcança todas as políticas públicas, com destaque, a educação pública.

É gigantesco, portanto, o impacto do desinvestimento dos recursos nas universidades públicas que ameaça a pluralidade de identidades e de corpos que passou a compor o contexto acadêmico, especialmente a partir das políticas afirmativas que instituem o sistema de cotas raciais, étnicas, sociais e para Pessoas com Deficiência (PcD) no Brasil (Lei nº 12.711/2012 - Lei de Cotas para o Ensino Superior), afetando as atividades que desenvolvemos enquanto servidoras públicas da educação e dentro do tripé ensino-pesquisa-extensão. Nosso lugar de fala, portanto, engloba o vínculo institucional de servidoras públicas de uma universidade pública federal localizada em uma das capitais do nordeste do Brasil. Somos todas mulheres cis, brancas, com idades entre 44 e 69 anos, de orientação sexual diversas, heterossexuais, bissexual e lésbica, que têm desenvolvido as atividades laborais de “modo remoto”, desde março de 2020, em razão das medidas sanitárias para conter e prevenir a infecção do novo coronavírus (RIBEIRO, 2017).

O trabalho remoto nos provoca a seguir lançando um olhar acerca de como a interseccionalidade se faz potente no processo de análise e significação das relações e processos de trabalho, especialmente no contexto universitário. A discussão de gênero desde uma perspectiva interseccional está cada vez mais em pauta na academia, escola e na sociedade, como forma de resistência ao conservadorismo imposto neste momento político e histórico (FRAGA; MARTINS, 2020). Não é casual que a militância feminina e feminista tem produzido pesquisas, conhecimentos e movimentos importantes dentro e fora da academia, impactando diretamente na vida das discentes e servidoras públicas, produzindo rupturas com o modelo de poder-saber masculino no

**Telma Low Silva Junqueira, Danielly Spósito Pessoa de Melo,
Cristina Camelo de Azevedo, Mariana Costa Falcão Tavares**

micro espaço da sala de aula, reverberando também em outros contextos, como nas relações afetivas, familiares, na universidade, nos cenários de prática, na comunidade. O trans-feminismo, a luta antirracista, anticapitalista e anticapacitista têm nos inspirado e nos ajudado a seguir resistindo, esperando e construindo alianças a favor de uma educação que busca promover o autocuidado e o cuidado com e entre as pessoas servidoras públicas e discentes, como estratégia metodológica, ética e política de pensar e tecer a formação.

Escolher construir (rel)ações a partir dos princípios do cuidado se torna um ato político que se conjuga ao que historicamente nossa ancestralidade vem nos convidando a observar: o fundamental e imprescindível olhar – amoroso – para nosso planeta, sua/nossa preservação e existência. Nessa perspectiva, hooks (2020b) apresenta o cuidado enquanto um dos ingredientes que precisamos misturar para construção de relações amorosas, mas - é importante ressaltar que - isso será insuficiente se não houver exercício, ação e desapego ao poder e dominação.

A escrita deste artigo se apresenta, portanto, como um ato de resistência frente a um contexto tão devastador de perdas, tristeza, violações de direito e desamparo individual e coletivo, tão presente nas falas do corpo discente. Pretendemos, dialogar acerca de algumas das experiências que construímos como educadoras em sala de aula e no Núcleo de Acessibilidade (NAC) analisando, desde a perspectiva do feminismo negro interseccional, como o machismo, o racismo, o classismo, a cis-heteronormatividade e o capacitismo têm nos desafiado a construir espaços/redes e rodas de conversa que priorizem o (auto)cuidado em saúde no contexto da educação.

Feminismo Negro Interseccional: Um Convite ao Exercício do (Auto)Cuidado no Contexto Universitário

Os movimentos feministas são marcados pela força e resistência das mulheres plurais, para além de um lugar de disputas e tensões identitárias. Aprender com as histórias das mulheres é também honrar uma ancestralidade que lutou e conquistou direitos e espaços que nos possibilitam estar aqui hoje, enquanto mulheres diversas, escrevendo, publicando e protagonizando a história, bem como cientes dos privilégios que nossa branquitude e cisgeneridade nos garantem (SCHUCMAN, 2014). Logo:

É necessário reconhecer que, mesmo com a intenção de abarcar todas as mulheres, dentro dos estudos feministas cada uma assume seu lugar de fala, a partir de suas experiências e vivências quanto as suas questões de identidade, raça, etnia, sexualidade e classe social. A luta de mulheres brancas, de classe média em países considerados ‘desenvolvidos’, é diferente da luta que as mulheres negras, de classe baixa, em países subdesenvolvidos enfrentam. Uma não desmerece nem diminui a importância das outras, mas essa união e o reconhecimento dessas diferenças fortalecem a luta pela igualdade perante a supremacia masculina. (FRAGA; MARTINS, 2019, p. 268-269)

**Telma Low Silva Junqueira, Danielly Spósito Pessoa de Melo,
Cristina Camelo de Azevedo, Mariana Costa Falcão Tavares**



O feminismo negro interseccional é nosso ponto/porto de inspiração através dos conhecimentos situados produzidos por intelectuais negras feministas, que vêm nos 'ensinando a transgredir' (hooks, 2013) o sistema hegemônico e dominante que constrói a educação como um lugar de produção de conhecimentos ditos neutros e universais, protagonizados e dominados por uma elite branca, masculina, cisgênera, heterossexual, capacitista, ocidental e colonizadora. Esse conhecimento científico que se pretende hegemônico segue perpetuando a ideia do

[...] mito da democracia racial enquanto modo de representação/discurso que encobre a trágica realidade vivida pelo negro no Brasil. Na medida em que somos todos iguais “perante a lei” e que o negro é “um cidadão igual aos outros” [...]. Se o negro não ascendeu socialmente [...], o único culpado é ele próprio. (GONZALEZ, 2020, p. 38)

Em contrapartida à lógica meritocrática - branca, masculina, cisgênera, heterossexual, capacitista e elitista -, a educação como prática de liberdade, pautada por Paulo Freire e por bell hooks, que a nomeia também de “pedagogia engajada” (2013, p. 25), nos convidam a assumir uma posição contra hegemônica e construir uma educação que valoriza e dá lugar para as diferenças, buscando produzir sentidos com afetos, de modo pessoal e coletivo, na vida de todas as pessoas envolvidas:

Ao longo de meus muitos anos como aluna e professora, fui inspirada sobretudo por aqueles professores que tiveram coragem de transgredir as fronteiras que fecham cada aluno numa abordagem de aprendizado como uma rotina de linha de produção. Esses professores se aproximam dos alunos com a vontade e o desejo de responder ao ser único de cada um, mesmo que a situação não permita o pleno surgimento de uma relação baseada no reconhecimento mútuo. Por outro lado, a possibilidade desse reconhecimento está sempre presente. (hooks, 2013, p. 25)

Movidas pela história de resistência e de luta das companheiras intelectuais negras, dialogando com colegas da instituição e buscando visualizar possibilidades de enfrentamento da situação, assentamos nossos “lugares” profissionais compreendendo que exercer o sentido do cuidado como prática pedagógica é algo transforma-dor para todas nós, nos convidando também a estarmos alertas para a importância do exercício do autocuidado. Sendo assim, como o feminismo negro interseccional se insere no debate e desenvolvimento das práticas educacionais?

Collins (2019), chama nossa atenção para o projeto revolucionário de justiça social do qual o feminismo negro faz parte, destacando-o como um projeto “[...] muito mais amplo, que vai bem além das experiências afro-americanas.” (p. 59). A perspectiva interseccional, estratégia metodológica que nasce dentro do feminismo negro, cunhada pela pensadora afro-americana Kimberlé Crenshaw (2002), nos convida a considerar em nossas análises, e na

**Telma Low Silva Junqueira, Danielly Spósito Pessoa de Melo,
Cristina Camelo de Azevedo, Mariana Costa Falcão Tavares**

construção das políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para mulheres em situação de violência, que o racismo, o sexismo, o capitalismo, o capacitismo, a cisheteronormatividade e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que incidem sobre as pessoas, especialmente mulheres e homens negros/os, de modo interseccional, gerando opressões diversas, que não podem ser desagregadas nem reduzidas a apenas um marcador da diferença (CRENSHAW, 2002).

No contexto universitário, é comum o relato de discentes mulheres que estão precisando conciliar as atividades domésticas com o ensino remoto, discurso esse não tão presente entre os estudantes homens. Além disso, discentes, principalmente negras e negros, que ao longo da formação precisam trabalhar fora de casa para poderem contribuir com o sustento da família, têm compartilhado que aumentaram os desafios durante o período de pandemia, especialmente por causa do medo de serem infectadas/os e/ou infectarem suas e seus familiares, das inseguranças frente à precarização do trabalho, à redução das bolsas estudantis, desemprego, esgotamento físico e mental, que têm vivenciado etc. O conceito de interseccionalidade nos possibilita, portanto, analisar, ao escutar e acolher as experiências narradas pelas e pelos discentes, que “[...] a opressão não é redutível a um tipo fundamental, [...] as formas de opressão agem conjuntamente na produção da injustiça” (COLLINS, 2019, p. 57) que as e os discentes têm enfrentado cotidianamente.

Porém, o conceito de interseccionalidade é também problematizado por pensadoras negras feministas, que apontam que a imbricação dos marcadores de gênero, raça, etnia, classe etc. é uma perspectiva defendida por mulheres intelectuais e ativista afro-latino-americanas há bastante tempo, sendo fundamental que ele não contribua com o apagamento das lutas e contribuições das mulheres negras ao longo da história. Pois, como afirma Davis (2018, p. 33),

[...] por trás desse conceito de interseccionalidade há uma valiosa história de luta, [...] de diálogos entre ativistas no interior de movimentos, entre intelectuais da academia e entre esses dois setores.

Patrícia Hill Collins faz uma distinção entre o conceito de interseccionalidade e o de matriz de dominação afirmando que:

A ideia de interseccionalidade se refere a formas particulares de opressão interseccional, por exemplo, intersecções entre raça e gênero, ou entre sexualidade e nação [...]. Em contrapartida, a ideia de matriz de dominação se refere ao modo como essas opressões interseccionais são de fato organizadas. Independentemente das intersecções específicas em questão, domínios de poder estruturais, disciplinares, hegemônicos e interpessoais reaparecem em formas bastante diferentes de opressão. (2019, p. 57).

As críticas dirigidas ao conceito demarcam também que a vinculação entre os marcadores de gênero, classe, raça é resultante da colonização, que institui a hegemonia branca masculina ocidental e a discriminação das pessoas negras como “legítimas e naturais”, em especial a discriminação às mulheres negras.

**Telma Low Silva Junqueira, Danielly Spósito Pessoa de Melo,
Cristina Camelo de Azevedo, Mariana Costa Falcão Tavares**



Desse modo, ao usar o termo interseccionalidade, não queremos minimizar, invisibilizar e tão pouco corroborar com o apagamento e/ou reducionismo frente à história da escravização, de violência, de injustiça social frente ao extermínio que os povos negros e originários vêm sofrendo, e resistindo, desde a colonização até o período atual.

No contexto da educação, por exemplo, temos percebido que as aulas remotas nos colocam diante das desigualdades sociais que as e os estudantes estão imersas e imersos em seus cotidianos. Pois, diferente do modo presencial, a interrupção das atividades no campus universitário e o princípio do trabalho remoto, com atividades síncronas e assíncronas, exigiu de todas nós adaptações profundas na forma de estabelecer uma nova vivência do que nomeamos de vida pública e privada, cujas fronteiras se tornaram mais complexas e questionáveis, especialmente dentro da lógica capitalista de meritocracia e produtividade.

Tudo isso vêm gerando momentos de tensões, descontentamentos e resistências sobre a adesão a novos formatos metodológicos que são apresentados aparentemente para uma discussão democrática de propostas “irrecusáveis” por parte de alguns gestores institucionais. Ao fazerem isso, invisibilizam escancaradamente as condições de desigualdades raciais, de classe, de gênero e de deficiência, em nome da garantia de manter a universidade pública aberta, mesmo quando princípios básicos como o de inclusão estejam sendo desconsiderados.

Quando a escuta das falas sobre as dificuldades que as e os estudantes estão enfrentando no acesso aos recursos financeiros que garantem o mínimo de aparato tecnológico são rapidamente cortadas em nome da ameaça à extinção da universidade, nos faz pensar que a adesão às políticas de ações afirmativas é válida desde que elas não necessitam ser problematizadas. Para Ziliotto e Santos (2015) “a ampliação do acesso à escola não significou o fim das desigualdades raciais, já que a proporção de negros com mais de 12 anos de estudos é muito menor que a de brancos na mesma faixa etária” (p. 73).

Diante dessas questões, entendemos que o conceito de interseccionalidade tem contribuído para olharmos, de modo analítico, para as dinâmicas que se constroem e se apresentam em sala de aula, na relação discentes e docentes, e no trabalho que o NAC desenvolve junto às e aos estudantes com deficiência, a partir da equipe de bolsistas e de servidoras/es que o compõem. Consideramos, portanto, a relevância de, no nosso trabalho como educadoras, assumirmos as questões identitárias como central, posto que incidem e se imbricam criando muitas vezes desigualdades na permanência das e dos estudantes na universidade, no modo como transitam e ocupam os espaços universitários, as bolsas que acessam ou não, as atividades de pesquisa e extensão que conseguem ou não participar e se inserir, como, por exemplo, o Programa de Iniciação Científica (PIBIC), o PET Saúde, entre outros. Na maioria das vezes, as atividades de pesquisa e extensão “selecionam” quais estudantes terão acesso a elas, pois são realizadas no contraturno das aulas, horário em que muitas e muitos estudantes, especialmente negras e negros e pobres, precisam trabalhar para se manter e aportar no sustendo de suas famílias.

Apesar de todos os desafios e precarização, as políticas de ações afirmativas são responsáveis pelo aumento do número de discentes que rompem com os

**Telma Low Silva Junqueira, Danielly Spósito Pessoa de Melo,
Cristina Camelo de Azevedo, Mariana Costa Falcão Tavares**



padrões hegemônicos racistas, classistas, capacitistas e sexistas e cis-heteronormativos vigentes. Desse modo, na universidade que trabalhamos, a diversidade tem se feito presente através dos corpos que ocupam o campus universitário, onde cada vez mais discentes se autodeclararam e se autoidentificam a partir da cor/raça, da orientação sexual, da identidade de gênero, da presença de uma deficiência, se articulando e se organizando em coletivos, tomando a voz e exigindo que a universidade se comprometa e se posicione a favor da pauta interseccional - antirracista, anticapacitista, anticapitalista e transfeminista. Corroboramos, portanto, com Carla Akotirene (2018), quando ela ressalta que as pessoas negras, ao se protegerem do racismo, passam a se proteger de outras violências,

[...] e lutar por mais tempo contra as necropolíticas. Por mais que argumentem que a interseccionalidade reitera o discurso da punição, [...] A interseccionalidade é sofisticada fonte de água, metodológica, proposta por uma intelectual negra. (p. 108, 109)

A Sala de Aula Remota como Espaço Geopolítico de Transformação Crítica, Situada e Amorosa

Em 2020, após o impacto dos primeiros meses da pandemia, nos reorganizamos para dar início ao que foi chamado de Período Letivo Excepcional (PLE), no qual a prioridade era pôr em marcha todos os cursos presencialmente oferecidos pela instituição, a despeito do curto espaço de tempo para obter informações suficientes sobre quais seriam as condições de vida e alterações socioeconômicas de estudantes, docentes e técnicos/as afetados/as de inúmeras e diferentes maneiras pela pandemia da Covid-19.

Enquanto docentes, construímos e compartilhamos uma disciplina eletiva no PLE, Psicologia e o SUS, realizada no segundo semestre de 2020, dando ainda mais sentido ao exercício de docentes/cuidadoras na relação com os/as discentes e entre nós mesmas (SOUSA; RIBEIRO, 2019). Aqui, abrimos um parêntese para ressaltar que o termo “cuidadoras” não é usado para corroborar com uma lógica sexista e essencialista de que mulheres são “naturalmente” cuidadoras, mas sim com as ideias que as autoras trazem, inspiradas em Leonardo Boff, de que

O professor, desde sua formação inicial, deve ter a consciência de que é um cuidador, já que suas ações implicam num envolvimento com o outro, pois a formação está imbricada em uma relação de cuidado. (SOUSA; RIBEIRO, 2019, p. 27)

Foi a possibilidade de nos juntarmos e nos cuidarmos que nos levou a propormos aulas, em formato de rodas de conversa e encontros, que potencializavam o compartilhar das vivências que expressavam alguns dos sentimentos tão presentes durante a pandemia, como inseguranças, medos, adoecimentos, luto, ansiedades, entre outros. Diante de tantas incertezas ousamos, juntas, subverter a lógica disciplinar, conteudista e individual, que tanto marcam a formação em saúde, por meio dos currículos uniprofissionais, e avançar na perspectiva de conceber a sala de aula como um lugar de promoção

**Telma Low Silva Junqueira, Danielly Spósito Pessoa de Melo,
Cristina Camelo de Azevedo, Mariana Costa Falcão Tavares**

à saúde, por meio do cuidado coletivo e do autocuidado pensado a partir do olhar interseccional.

Diante da experiência exitosa do PLE de 2020, decidimos então neste ano de 2021, avançar na proposição de outras formas de construir e compartilhar processos de aprendizagem e de (auto)cuidado ofertando, de forma compartilhada, as disciplinas de Práticas Integrativas 1 e Psicologia das Relações de Trabalho 1, ambas obrigatórias, situadas no 5º período do curso de Psicologia do qual fazemos parte.

A disciplina de Práticas Integrativas 1 é muito esperada pela maioria do corpo discente porque é a primeira disciplina prática, que “apresenta” as e os estudantes aos diversos cenários de prática em que a psicologia pode atuar, visitando serviços vinculados às políticas públicas, bem como outros espaços/territórios - assentamentos, terreiros etc., fomentando o diálogo com profissionais, lideranças comunitárias, residentes em saúde etc. A proposta é pensar que podemos promover saúde mental em diversos cenários/instituições/locais/territórios, com diferentes populações, não necessariamente nos serviços formalmente destinados à saúde.

A disciplina de Psicologia das Relações de Trabalho 1 tem a proposta de iniciar o estudo compartilhado, reflexivo e prático, sobre os diversos contextos de trabalho e saúde que se apresentam como lugares complexos e que têm evidenciado a necessidade da presença da psicologia como uma forma de estimular protagonismos laborais que não sejam regulados e definidos apenas pelos donos e/ou representantes do capital, mas também pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras que, ao serem estimulados e estimuladas a dialogar sobre seu próprio trabalho, possam empoderar-se de suas ações para se tornar corresponsável pelo que realiza no mundo do trabalho.

À medida que os e as estudantes desenvolvem seus estudos e práticas, vão também se dando conta da complexidade que envolve os processos de trabalho, os conflitos decorrentes de ações que são quase que, em sua totalidade, coletivas, as potências dos trabalhos cooperativos, colaborativos e como não poderia deixar de acontecer, vão também experienciando suas (des)inibições diante do lidar com esses coletivos como um/a futuro/a profissional da psicologia.

A pandemia da Covid-19, que marca um contexto de tantas restrições e incertezas, nos possibilitou exercitar nossa autonomia para subverter o que estava posto até então. De modo que nas matérias que facilitamos, há lugar para o compartilhar de nossas histórias enquanto pessoas, docentes, psicólogas, discentes, que têm desejos, que têm formas singulares de caminhar pela vida, as quais estão implicadas com os posicionamentos políticos, éticos, artísticos e afetivos que assumimos. Lembramos da primeira aula da disciplina Psicologia e o SUS que facilitamos, composta por 20 mulheres, estudantes do 1º ao 8º período, de cor/raça e orientação sexual diversas, sem deficiência, em que enfatizamos a importância de nos enxergarmos como pessoas antes de qualquer outra função, docente, discente, psicólogas etc.

Esse convite reverberou ao longo da disciplina, posto que parecia algo raro e distante do contexto acadêmico e da experiência da maioria das discentes que a sala de aula fosse significada também como um lugar de produção de conhecimentos que se tece de modo situado, implicado, coletivo e afetivo. Re-

**Telma Low Silva Junqueira, Danielly Spósito Pessoa de Melo,
Cristina Camelo de Azevedo, Mariana Costa Falcão Tavares**



pensar a quem e para quem a psicologia está a serviço, quais as “intencionalidades” que as práticas psicológicas assumem no contexto do SUS, como a formação em psicologia fomenta e re-conhece não apenas os saberes uni e interprofissionais, mas também os saberes tradicionais, não hegemônicos e decoloniais que tensionam e fragilizam o *status quo*, são formas de nos comprometermos com

[...] uma sala de aula onde estar inteiro é bem-vindo, e os estudantes podem ser honestos, até mesmo radicalmente abertos. Podem nomear os medos, expor sua resistência a pensar, expressar-se e honrar os momentos em que tudo se conecta e o aprendizado coletivo acontece. (hooks, 2020a, p. 49)

Vale ressaltar, entretanto, que a perspectiva de uma “pedagogia engajada” (hooks, 2013, 2020a), fundamentada no feminismo negro interseccional, apoiada por uma ética amorosa, que permite trazer a dimensão do (auto)cuidado para nosso saber-fazer enquanto docentes e pesquisadoras é muitas vezes desvalorizada e deslegitimada como científica e acadêmica, por colegas servidoras/es e também por alguns e algumas discentes. As temáticas de gênero, sexualidade, racismo e capacitismo são consideradas, por muitas e muitos docentes, como superficiais, pontuais, não acadêmicas, de maneira que ainda estão restritas a algumas disciplinas, ficando a cargo da e do docente que ministra. Souza, Graupe e Locks (2019) desenvolveram uma pesquisa acerca das políticas de gênero no contexto escolar, entrevistando orientadoras educacionais de quatro escolas municipais de Lages, no Rio Grande do Sul, e muitos dos discursos produzidos pelas pessoas entrevistadas também são propagados no contexto cotidiano da universidade em que trabalhamos. De modo que somos vistas por algumas e alguns colegas como as docentes “problematizadoras”, que conversam demais, que em tudo pautam o feminismo etc.

Sem dúvida, “considerando a sociedade patriarcal que vivemos, há uma resistência no que concerne a inserção das mulheres no mundo científico” (MENDES; COSTA, 2020, p. 156), de modo que o exercício da docência que apostamos e protagonizamos, ainda que sustente o princípio da educação como prática amorosa, que dá lugar para o cuidado e autocuidado, também questionamos a noção essencialista de que essas são características, funções, sentimentos inerentes às mulheres. Ao contrário, os reafirmamos como componentes próprios da dimensão humana, desenvolvida e exercida por todas as pessoas, independentemente do gênero.

Ao mesmo tempo, nos perguntamos por que a sala de aula precisa ser um lugar de relações supostamente neutras, distantes, especialmente em um curso onde a subjetividade tem centralidade, como se a dimensão política do amor enquanto princípio ético não possa se fazer presente? A re-produção de um conhecimento ocidental, cujas bases teóricas da psicologia são produções de homens brancos, cis, sem deficiência, europeus produz uma psicologia voltada para quais territórios, povos, subjetividade e coletivos? A saúde mental pode ser compreendida, em sua complexidade, sem considerarmos as condições de vida, sociais, pessoais, econômicas, comunitárias, laborais etc. das pessoas?

**Telma Low Silva Junqueira, Danielly Spósito Pessoa de Melo,
Cristina Camelo de Azevedo, Mariana Costa Falcão Tavares**



Essas problematizações nos fortalecem enquanto pesquisadoras, docentes e psicólogas, posto que questionam, denunciam e subvertem a lógica opressora misógina branca capacitista e cis-heteronormativa, sem abrir mão do compromisso de trazer para o ambiente do trabalho o acolhimento, o vínculo, a escuta, o diálogo e o afeto como estratégias de resistência para/na construção de uma educação universitária emancipatória, que tem na “pedagogia engajada [...] uma estratégia de ensino que tem por objetivo recuperar a vontade dos estudantes de pensar [...] e alcançar a total auto realização.” (hooks, 2020a, p. 33)

Essa é uma experiência ainda em curso, e a realização dessas disciplinas durante a pandemia tem escancarado a complexidade e precarização das condições de vida de muitas e muitos estudantes diante da invasão abrupta e devastadora da pandemia da Covid-19 em suas casas, produzindo um esforço a mais para que o estudo não se torne apenas mais um item de agravo da saúde, que provoque desconforto, invasão de privacidade, conflitos sobre a preservação de espaços e tempos dos membros da família, por vezes já precariamente existentes.

Como pensar e promover o cuidado em situações como essas? Após um tempo relativamente significativo de choque e confusão sobre como lidar com situações tão diferentes da sala de aula tradicional, fomos convidando as e os estudantes a compartilharem conosco e nós com eles e elas, nossas dificuldades, sentimentos, emoções, adoecimentos, constrangimentos e perplexidades sobre o momento vivido, nos incentivando em conjunto, sempre, a considerar o ato de aprender como um ato que inclui afetações diversas e não apenas conhecimento e informação.

Nesse momento, nos sentimos próximas aos princípios de Paulo Freire, ao considerar a educação como prática que se conecta ao cotidiano dos e das estudantes e às suas experiências vividas em um momento social que tem produzido centelhas infundas de incertezas, desmonte de rotinas diárias, corte inimaginável das possibilidades de se movimentar para fazer tarefas consideradas das mais simples no cotidiano da vida, sem falar ainda nas perdas de pessoas e de oportunidades que têm nos afetado diariamente. “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”. (FREIRE, 1967, p. 97)

E nesse contexto caótico entendemos que a ação de cuidar vem sendo potencializada pela escuta do/a outro/a e pela nossa abertura em expor sobre a nossa própria perplexidade e impotência para reverter essa situação social. Passamos a conversar abertamente, sem formalidades, sobre quais os efeitos que as disciplinas estavam promovendo nos e nas estudantes e em nós próprias, nesse precaríssimo contexto de ensino remoto. No decorrer desses meses de convívio “virtual” têm surgido respostas das mais diversas, tais como “não vejo a hora de tudo isso acabar”, “ééé, estou indo, mas seria melhor se eu pudesse estar naquela conversa entre uma aula e outra, abraçando vocês, conversando com colegas de outras turmas”. E, nesses momentos, numa aparente contradição, apesar das falas saudosas, pequenos sorrisos surgem nos rostos dos poucos e poucas que ousam estar com suas câmeras abertas e comentários rápidos se espriam através de falas verbalizadas ou escritas no

**Telma Low Silva Junqueira, Danielly Spósito Pessoa de Melo,
Cristina Camelo de Azevedo, Mariana Costa Falcão Tavares**



chat.

O chat, inclusive, tem sido um lugar de resistência, que possibilita a comunicação e o compartilhar de falas, sentimentos e afetações que não podem ser verbalizados pela pessoa estudante, pois muitas vezes ela está rodeada de outras pessoas que dividem com ela o lugar físico em que se conecta para participar das aulas. Ao mesmo tempo, o uso do microfone/áudio também funciona para “transmitir” uma mensagem “indireta” para aquelas pessoas que estão próximas ao e à discente e que ela e ele não tem e/ou não consegue, por diversos motivos, conversar de modo transparente e direto sobre o assunto em questão.

Manter-nos atentas a esses movimentos é importante porque eles podem nos dar elementos de como as/os estudantes se encontram, se estão em situação de vulnerabilidade, de sofrimento, de esgotamento etc. Fomos cuidadosamente refletindo sobre falas que diziam “hoje não teve aula, mas estou saindo muito bem daqui, com mais vontade de enfrentar a semana” ou “estou usando o chat porque meu pai e minha mãe estão aqui perto e não quero que escutem”. Entendemos que essas narrativas parecem manter no exílio a subjetividade humana e a garantia perene do desejo de liberdade, da potência transformadora que o acesso e permanência à universidade produzem na vida das e dos discentes, do poder que tem o conhecimento e a informação no cotidiano de suas vidas. Ademais, vale lembrar que essa mesma subjetividade humana é composta pela imaginação, criatividade, afetos, sentimentos e emoções que nos fazem sentir parte de algo, ou de alguma ‘coisa’.

Nossas aulas trazem o convite para que o singular se faça presente, mesmo diante da potência do coletivo, o corpo e suas expressões, memórias e performances sejam valorizados e o intelectual integre o modo de ser-fazer-se relacionar das pessoas que compõem as turmas. Não é à toa que uma das discentes nos disse uma vez que estava saindo da aula “provocada, acolhida e chacoalhada”. Lembramos, portanto, de bell hooks quando ela nos recorda que nem sempre estaremos contentes, satisfeitas/os e conscientes de que estamos aprendendo e ensinando em sala de aula. Pois:

[...] ao reconceitualizar a pedagogia engajada, tive de perceber que nosso propósito aqui não é o de nos sentirmos bem. Há aulas ou turmas de que nós gostamos, mas em geral será difícil. Temos de aprender a apreciar também a dificuldade como um estágio no desenvolvimento intelectual. Ou aceitar que aquele sentimento gostoso, confortável, pode às vezes bloquear a possibilidade de darmos espaço aos alunos para sentirem que existe uma integridade a ser cultivada no ato de lidar com um material didático difícil, quer esse material seja fornecido por narrativas confessionais, quer por livros, quer por discussões. (hooks, 2013, p. 206)

Este movimento de união e compartilhamento das atividades de ensino entre nós, docentes, nos levou a convidar o NAC para uma das aulas, onde a assistente social nos provocou a pensar sobre a hegemonia do capacitismo em nosso curso, nas nossas práticas enquanto docentes e psicólogas em formação. Nesta aula em especial, estudantes brancas e negras, de orientação sexual diversas, e nós, docentes, fomos nos dando conta do quão re-produzimos,

**Telma Low Silva Junqueira, Danielly Spósito Pessoa de Melo,
Cristina Camelo de Azevedo, Mariana Costa Falcão Tavares**



enquanto universidade e sociedade, o processo de exclusão, silenciamento, tutela, assistencialismo e estigmatização que tanto marcam a vida das pessoas com deficiência. O não domínio de “outras linguagens oficiais” (Libras, audiodescrição etc.) em aulas, lives e outras atividades remotas que participamos, a frágil comunicação entre as e os servidoras/es sobre as singularidades e demandas das e dos discentes com deficiência do curso de psicologia, a ausência de uma formação permanente sobre o tema, entre outras questões nos fez nos perguntar, sobre a legitimidade de nosso olhar e análise interseccional.

Por outro lado, entendemos que essa aula foi também mais uma oportunidade que nos fez esperar coletivamente e apostar que a universidade é um lugar potente e legítimo para complexificarmos o modo como construímos nossos saberes-fazeres-sentires, produzimos perguntas, tecemos críticas situadas, compartilhamos poderes e revisitamos nossos aprendizados e conhecimentos. Subvertendo (ou não) a lógica hegemônica capacitista que constrói a ideia de que a pessoa com deficiência é quem tem limites, incapacidades. Fica evidenciado, portanto, que o limite é nosso, das pessoas sem deficiência, que seguimos perpetuando a ideia de capacidade, de corpos “perfeitos”, de padrões de comportamento e de conhecimento neutros, reducionistas e generalizados.

A partir de então, a interseccionalidade faz muito mais sentido para todas nós, docentes, ao imbricar os marcadores de cor/raça, gênero, classe, identidade de gênero, orientação sexual com o de deficiência. Por isso que na escrita deste artigo damos lugar também às experiências do Núcleo de Acessibilidade, como uma forma de nos comprometermos, de modo ético, revolucionário e amoroso, com a inclusão, equidade e justiça social.

Potências e Desafios Frente à Construção do (Auto)Cuidado no Contexto do Núcleo de Acessibilidade Durante a Pandemia

O mês de março foi muito esperado por nós, do Núcleo de Acessibilidade, especialmente porque havíamos investido duas semanas de avaliação e de planejamento das atividades anuais. Embora cientes dos desafios políticos, não imaginávamos o que um vírus poderia causar em nossas vidas. Antes mesmo da universidade suspender o início do semestre letivo havia no ar uma certa dúvida de como o mundo reagiria frente ao processo de mortes que a China enfrentava, naquele momento, e que assistimos via redes sociais e demais fontes de informações. De fato, as mídias estavam repletas de informações, mas o escasso conhecimento científico sobre o Coronavírus preocupava aquelas/es que confiam em análises precisas e comprovadas cientificamente.

O fechamento das atividades presenciais na universidade e o princípio do trabalho remoto exigiu de todas/os nós adaptações profundas na forma de estabelecer uma nova vivência do que nomeamos de vida pública e privada. O primeiro ponto que cabe ressaltar é que o NAC havia construído uma proposta de trabalho anual, baseada no princípio do cuidado, subdividido/entrelaçado em três eixos: cuidado com quem trabalhamos (relações interpessoais e interprofissionais), cuidado junto com quem oferecemos nosso trabalho (discentes com deficiência e servidores/as), e, por fim, cuidado com os

**Telma Low Silva Junqueira, Danielly Spósito Pessoa de Melo,
Cristina Camelo de Azevedo, Mariana Costa Falcão Tavares**

processos (rigor metodológico no atendimento e na preservação do ambiente/espacos).

O diálogo para “encontrarmos” essa via alternativa para desenvolver nosso trabalho foi sendo tecido em processos de acolhimento, escuta, análise crítica e autoavaliação. Durante dois meses construímos momentos de diálogo preservando a avaliação dos processos internos, dos fluxos e forma(s) de (en)(a)tendimento, das relações interpessoais, dos (des)caminhos, dos lugares ocupados e “desocupados”, mas também resgatando a necessidade de auto avaliar-nos sem “receio. Talvez o maior desafio durante esse período de avaliação foi a dificuldade de aprofundamento dos processos de autoavaliação, e de fato, em algumas situações isso foi impraticável. No entanto, os resultados de nossos diálogos perduram até os dias atuais, não apenas no sentido de realização de ações, mas antes de tudo de aprendizagens que contribuem para afrontar o momento de pandemia de forma menos dolorosa.

A equipe composta, maioritariamente por bolsistas, ficou, temporariamente, sob minha supervisão, enquanto assistente social da equipe. Embora desafiante, também me senti provocada a promover o cuidado da forma que almejamos, mesmo que de modo remoto. Foi necessário então, um curto espaço de tempo para todas/os reorganizarmos nossas vidas tendo em vista que (realiz)ações no âmbito do público “invadiram” e tomaram corpo e forma no âmbito do doméstico, pois – aparentemente – tratava-se do lugar mais “seguro” naquele momento, para a maioria de nós estar.

Culturas e saberes ancestrais nos ensinam que o sentido coletivo/comunitário precede o individual, que o bem viver (sumak kawsay etc.) e a forma que olhamos para nós mesmas/os deve ser como olhamos para a/o outra/o. O período inicial da pandemia possibilitou o crescimento de redes de solidariedade, de ações empáticas, de estratégias de sobre(vivência) coletivas etc.; experiências que no âmbito micro institucional também foram ampliadas. Nesse sentido, cuidar, como afirma Boff (1999, p. 96), “implica ter intimidade, senti-las dentro, acolhê-las, respeitá-las, dar-lhes sossego e repouso. Cuidar é entrar em sintonia com, auscultar-lhes o ritmo e afinar-se com ele.”

A vivência de autocuidado que temos experimentado durante os últimos anos está relacionada com a possibilidade de aprender também a cuidar no espaço do trabalho. Os primeiros meses de pandemia foram – essencialmente – de busca para estar COM as pessoas que trabalhamos e atendemos. Entrar em sintonia significou ligações contínuas, encontros virtuais, “chafés”, círculos de cuidado e outras estratégias para tentar aproximar-nos ao que seria um trabalho/atendimento presencial. Nos processos de trabalho encontramos possibilidades de seguir avançando em nossa construção enquanto setor de promoção à inclusão da PcD. Elaboramos guias sobre o trabalho em sala de aula com PcD, cartilhas para corpo docente e discente explanando nossa função na universidade, nossos serviços e a importância da universidade ser inclusiva, exposição fotográfica acessível para PcD visual e auditiva etc. No que se relaciona ao atendimento, o ampliamos com a criação do Laboratório de Acessibilidade, do Repositório para Pessoas com Deficiência Visual e a inserção na Rede REBECA.

Para algumas pessoas os primeiros meses de pandemia foi a oportunidade

**Telma Low Silva Junqueira, Danielly Spósito Pessoa de Melo,
Cristina Camelo de Azevedo, Mariana Costa Falcão Tavares**



de realizar desejos que – dificilmente – a vida “normal” permitia, como “maratonar” séries, fazer cursos dos mais diversos tipos, ler os livros que estavam aguardando, aprender a cozinhar etc.. Nós, no Núcleo de Acessibilidade, também “aproveitamos” o momento para organizar processos de trabalho, deixar algumas atividades “adiantadas”, articular parcerias interinstitucionais etc. Mas, talvez, um dos pontos mais importantes de nosso trabalho durante a pandemia tenha sido a construção de espaços permanentes de diálogos com bolsistas, discentes com deficiência e servidoras/es (docentes, técnicas/os administrativas/os). Nesse sentido, a perspectiva de olhar e romper com o “piloto automático” que o “modo fazer”, ou, como diz Boff (1999), o “modo de ser trabalho” impõe para todas/os nós. A busca que temos feito de dar um giro e subverter essa lógica mecanicista está sendo um dos caminhos mais potentes e desafiadores que temos seguido. Mas por quê?

Compreendemos que o desenvolvimento do sistema capitalista provocou a construção de desigualdades através da polarização em diversos âmbitos. Aspecto que, segundo Boff (1999), edifica a ruptura entre trabalho e cuidado. Por isso:

O grande desafio para o ser humano é combinar trabalho com cuidado. Eles não se opõem, mas se compõem. Limitam-se mutuamente e ao mesmo tempo se complementam. [...] O equívoco consiste em opor uma dimensão à outra e não vê-las como modos de ser do único e mesmo ser humano. (BOFF, 1999, p. 97)

Antes de iniciar a pandemia havíamos realizado o I Chafé. Chafé são encontros com toda equipe de trabalho no NAC (bolsistas e servidora/es), espaço construído para fortalecer vínculos, interagirmos de forma lúdica e divertida; que surgiu a partir de reflexões e percepção de que precisamos prestar atenção no NÓS e exercitar o “modo ser”. Cuidar de nós enquanto equipe é um compromisso ético que possibilita a afirmação de valores humanos, pois

[...] Quando vivemos de acordo com uma ética amorosa, aprendemos a valorizar mais a lealdade e o compromisso com os laços duradouros do que o crescimento material e não nos enganamos com falsas narrativas “compromisso”. (hooks, 2020b, p. 124)

Os nossos Chafés seguem existindo e nos alegrando, pois é oportunidade de compartilharmos sorrisos, vivências, alegrias e momentos juntas/os. Não obstante há os Círculos de Cuidado, espaço construído para ampliar o diálogo entre PcD da universidade com o NAC. Trata-se de um momento de acolher. Não tem como objetivo identificar demandas e/ou supervisionar vivências, mas pretende construir um espaço para dialogar sobre como estamos experimentando estar/ser discentes da universidade. Isso tudo de uma forma objetiva e direta. Não se trata de apontar responsáveis, mas de elencar a responsabilidade que temos, nós, pessoas! E tal elemento tem favorecido a ampliação do diálogo entre os setores/âmbitos da educação. E é isso que “optamos” expor/dialogar/vivenciar! Seguimos adiante, resistindo e esperando, mesmo frente a um contexto de pandemia que, no nosso país, é exacerbado por um governo negacionista, racista, capacitista, misógino, elitista

**Telma Low Silva Junqueira, Danielly Spósito Pessoa de Melo,
Cristina Camelo de Azevedo, Mariana Costa Falcão Tavares**



e LGBTIfóbico.

Tecendo Considerações Acerca dos Desafios que nos Limitam e nos Fortalecem

No momento de finalização da escrita deste artigo, compartilhamos a contradição de sentimentos de alegria e indignação que tomam conta de nós. Estamos alegres porque todas nós, autoras, estamos vacinadas contra a Covid-19; ao mesmo tempo que seguimos indignadas - sentimento esse que nos acompanha ao longo dos últimos anos -, posto que esse deveria ser um direito acessado por todas as pessoas, mas que, no Brasil, mais uma vez, se tornou um privilégio destinado à branquitude. Ainda que a primeira pessoa vacinada no Brasil tenha sido uma mulher negra enfermeira, dados levantados pela Agência Pública, publicados em 15 de março de 2021, apontam que para cada 2 pessoas brancas vacinadas, há 1 pessoa negra vacinada e que a mortalidade e a infecção pelo novo coronavírus é maior entre as pessoas negras do que entre as brancas. Ainda assim, há quem diga que não existe racismo no Brasil.

Sem dúvida, a pandemia da Covid-19 afetou e segue afetando nossas rotinas em diversos contextos – pessoal, familiar, social, político, econômico e laboral – trazendo desafios estruturais imensos que levarão décadas para serem superados, como o aumento da fome, desemprego, a perda de direitos etc. No contexto universitário temos sido convocadas a unir esforços para acolher e escutar o corpo discente, tão desesperançoso e cansado, e seguir, junto com elas e eles, resistindo e acreditando que a história é feita de avanços e retrocessos e que não nos resta outra opção a não ser lutar, esperar e estarmos juntas e juntos.

Assim, temos nos mantido também no lugar de aprendizes, pois nunca passamos por uma situação de crise sanitária como essa, investindo na formação e no fortalecimento de alianças e na partilha de afetos que se estenderam do modo presencial para o virtual. Apostamos, portanto, que os encontros virtuais na sala de aula e no NAC – em seus diversos âmbitos – nos possibilitam um “respiro” frente à necropolítica acentuada pelo governo brasileiro durante a pandemia. Para nós, servidoras públicas, esses têm sido espaços potentes, apesar da precarização intencional provocada pelo governo federal frente aos cortes nas universidades que ameaçam paralisar nossas atividades.

Durante esse último ano algo ficou muito evidente para nós: não haverá uma vida saudável sem que exista o mínimo de cuidado/olhar para as pessoas que compõem os processos pedagógicos. Ou seja, cuidar no âmbito educacional - de suas diferentes formas e dimensões - é um desafio que implica negociações que vão além do "educacional", posto que nos convoca a experimentar “novas”, outras vivências pessoais e coletivas, que em sua potência precisam incluir o cuidado com o planeta, com a mãe terra, que é a grande geradora e garantidora da vida dos seres humanos, por mais que não nos demos conta disso.

Remetemos, portanto, às contribuições das pensadoras feministas negras a possibilidade de construirmos pistas, de forma coletiva, solidária e plural, que nos apresentam caminhos para o encontro com uma educação trans-feminista

**Telma Low Silva Junqueira, Danielly Spósito Pessoa de Melo,
Cristina Camelo de Azevedo, Mariana Costa Falcão Tavares**



antirracista, anticapitalista e anticapacitista interseccional, que tem no cuidado e no afeto uma potência sem igual. Nossa honra e gratidão a todas as mulheres negras e indígenas, que seguem resistindo e produzindo saberes-fazeres potentes, ancestrais e revolucionários, que nos lembram que, acima de tudo, somos pessoas, antes de qualquer outra função/posição/ocupação.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. **Lei nº 12.711/2012**. Lei de Cotas para o Ensino Superior.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

FRAGA, Amábili; MARTINS, Rosa Elisabete Miltz Wypczynski. As Relações e os Atravessamentos das Questões de Gênero no Ensino: Uma Análise da Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 262- 285, 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1967.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo: Elefante, 2020a.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2020b.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 1984/2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2019.

MENDES, Raquel Almeida; COSTA, Kenia Gonçalves. Mulher, Professora e

**Telma Low Silva Junqueira, Danielly Spósito Pessoa de Melo,
Cristina Camelo de Azevedo, Mariana Costa Falcão Tavares**

Desafios que Limitam e Fortalecem: Estratégias de Cuidado em uma Universidade Durante a Pandemia da Covid-19

Pesquisadora: Trajetórias Socioespaciais de Docentes Efetivas da Universidade Federal do Tocantins - Campus Araguaína. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 152 - 171, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014.

SOUSA, Lúcia Aulete Búrigo de; GRAUPE, Mareli Eliane; LOCKS, Geraldo Augusto. Políticas Públicas de Gênero no Contexto Escolar: Percepções de Orientadoras Educacionais. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p. 197 - 213, 2019.

SOUSA, Clara Maria Miranda de, RIBEIRO, Marcelo Silva de Souza. O ethos do cuidado na formação docente: uma experiência de estágio no ensino superior. **APRENDER – Cad. de Filosofia e Psic. da Educação Vitória da Conquista**, Ano XIII, n. 21 p. 26-41 2019.

ZILLOTTO, Denise M.; SANTOS, Leticia L. dos. Histórias de Trabalho de Mulheres Negras com Ensino Superior. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 6, n. 2, p. 71 - 91, 2015.

Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

Telma Low Silva Junqueira: Conceituação, Curadoria de dados, Análise Formal, Metodologia, Recursos, Visualização, Escrita – primeira redação, Escrita – revisão e edição.

Danielly Spósito Pessoa de Melo: Conceituação, Curadoria de dados, Análise Formal, Metodologia, Recursos, Visualização, Escrita – primeira redação.

Cristina Camelo de Azevedo: Conceituação, Curadoria de dados, Análise Formal, Metodologia, Recursos, Visualização, Escrita – primeira redação.

Mariana Costa Falcão Tavares: Conceituação, Curadoria de dados, Análise Formal, Metodologia, Recursos, Visualização, Escrita – primeira redação.

Recebido em 15 de maio de 2021.

Aceito em 29 de setembro de 2021.

**Telma Low Silva Junqueira, Danielly Spósito Pessoa de Melo,
Cristina Camelo de Azevedo, Mariana Costa Falcão Tavares**